

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

<u>Ordinária</u>

REUNIÃO DO DIA 17 DE SETEMBRO DE 2014

10:30 Horas

ORDEM DO DIA

- 1. Distribuição de iniciativas legislativas;
- 2. Apreciação e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:

Proposta de Lei n.º 245/XII/3.ª (GOV) - Regula as entidades de gestão coletiva do direito de autor e dos direitos conexos, inclusive quanto ao estabelecimento em território nacional e à livre prestação de serviços das entidades previamente estabelecidas noutro Estado-Membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu:

Relator - Deputado Pedro Delgado Alves (PS)

Proposta de Lei n.º 246/XII/3.ª (GOV) - Procede à segunda alteração à Lei n.º 62/98, de 1 de setembro, que regula o disposto no artigo 82.º do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, sobre a compensação equitativa relativa à cópia privada;

Relator - Deputado Pedro Delgado Alves (PS)

Proposta de Lei n.º 247/XII/3.ª (GOV) - Transpõe a Diretiva n.º 2012/28/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro, relativa a determinadas utilizações permitidas de obras órfãs, e procede à décima alteração ao Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de março;

Relator - Deputado Pedro Delgado Alves (PS)

Projeto de Lei n.º 632/XII/3.ª (PS) - Procede à alteração do Código Penal, permitindo a declaração de indignidade sucessória, como efeito da pena aplicada, no âmbito de sentença condenatória pela prática do crime de homicídio;

Relator - Deputado Carlos Peixoto (PSD)



Projeto de Lei n.º 645/XII/3.ª (PSD/CDS-PP) - Primeira alteração ao Regime do Segredo de Estado e alteração ao Código Penal;

Relator - Deputado Pedro Delgado Alves (PS)

Projeto de Lei n.º 634/XII/3.ª (PCP) - Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 49/2014, de 27 de março. Regulamenta a Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto (Lei da Organização do Sistema Judiciário), e estabelece o regime aplicável à organização e funcionamento dos tribunais judiciais;

Relator - Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD)

Proposta de Lei n.º 240/XII/3.ª (GOV) - Procede à vigésima primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, aditando a substância alfa-fenilacetoacetonitrilo à tabela anexa V.

Relatora: Deputada Elza Pais (PS)

- 3. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP solicitando a audição urgente da Sr.ª Ministra da Justiça com o objetivo de debater a situação existente nos tribunais portugueses e as medidas necessárias e urgentes para superar as dificuldades encontradas na entrada em vigor do novo mapa judiciário;
- **4.** Admissão e distribuição de petições, designadamente:

Petição n.º 425/XII/3.ª, subscrita por Radamés Munir da Silva Oliveira, que "Solicita a alteração do n.º 3 do art.º 91.º do Regime de Entrada, Permanência, Saída e Afastamento de Estrangeiros do Território Português (REPSAE), conjugado com os n.ºs 1 a 3 do art.º 57.º do Decreto Regulamentar n.º 2/2013, que impede a acumulação da situação de estudante com o exercício de uma atividade profissional por conta própria";

- 5. Apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias;
- 6. Outros assuntos.